

**Considerações e encaminhamentos da primeira reunião do
Grupo de Trabalho conjunto das câmaras técnicas CTIL-CTIG sobre
“Monitoramento de Recursos Hídricos” do CERH-MG**

20 de agosto de 2018

- A reunião foi presidida por Heitor Soares Moreira, diretor de Operações e Eventos Críticos do Igam. Foi lembrado que o **objetivo** do Grupo é **relatar às Câmaras Técnicas Institucional e Legal (CTIL) e de Instrumentos de Gestão (CTIG) a situação do monitoramento dos recursos hídricos no estado de Minas Gerais, bem como propor medidas para o aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos**, conforme decisão da reunião conjunta CTIL-CTIG realizada em 17/08/2017. Para tanto, após concluídas as atividades, o Grupo de Trabalho deverá elaborar documento e apresentar à CTIL e à CTIG relato e proposição de melhorias com diretrizes, orientações e indicação de ações para o aperfeiçoamento do monitoramento dos recursos hídricos no estado de Minas Gerais e do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.
- Estiveram **presentes todas as instituições** integrantes do Grupo (Semad, Igam, Angá, IBRAM, UFMG, Cemig, Fonasc, ABAS, UFU, FIEMG, FAEMG e Sindiextra), **à exceção do CREA-MG**.
- Foi deliberado que a **coordenação** do Grupo de Trabalho (GT) será exercida pelo conselheiro membro da CTIG e da CTIL **Antônio Giacomini Ribeiro, representante da Associação Angá**. A subcoordenação será exercida por Marcela David, representante da Cemig.
- Foi estabelecido **o prazo de 180 dias** para a conclusão dos trabalhos do GT, conforme decisão da reunião conjunta CTIL-CTIG, a contar da data da realização da primeira reunião.
- Foi proposto por Marcela David a **alteração do período das reuniões** de 14h às 18h **para 13h às 17h**, com vistas a conciliar com agenda externa dos participantes do Grupo. Todos os presentes concordaram com o horário proposto. Assim, as próximas reuniões acontecerão no período entre 13:00 às 17:00 horas.
- Acerca do **monitoramento**, foram feitas considerações no sentido de fomentar a **cooperação interinstitucional e a integração das redes**

existentes mantidas por diferentes instituições. Para tanto, se faz necessária a padronização de requisitos de coleta e de amostragem, por exemplo a periodicidade, parâmetros analisados, entre outros, bem como a integração dos dados em plataforma única.

- Foi ressaltada a importância da **gestão dos dados** (compilação, processamento, tratamento e organização), bem como da **melhoria no acesso e disponibilização** desses dados para a tomada de decisão e para subsidiar a execução de ações.

- Foi sugerido o **envolvimento de outras instâncias**, além das instituições que executam o monitoramento, **nas decisões sobre a definição de áreas prioritárias para ampliação ou otimização do monitoramento**. Nesse sentido, foi reconhecida a necessidade de gerir conflitos decisórios, dado o contexto de diferentes finalidades de monitoramento, de limitação de recursos orçamentários e de recursos intelectuais dedicados à atividade de monitoramento.

- Foi destacado o **descompasso existente entre o monitoramento das águas superficiais e das águas subterrâneas**, desafio a ser discutido pelo GT e tratado no planejamento do monitoramento.

- Para aprimorar o monitoramento, foi citada a **necessidade de desenvolver projetos pesquisa voltados ao aperfeiçoamento de técnicas e procedimentos metodológicos** que possibilitem a adequada detecção de substâncias, a exemplo de agrotóxicos que não são identificados no monitoramento das águas, em função de limitação de técnicas e metodologias adotados atualmente.

- Foi apontada a **necessidade de o GT conhecer os sistemas de monitoramento existentes** para subsidiar a discussão e proposições voltadas para o monitoramento das águas. Neste sentido, o IGAM apresentou seus programas de monitoramento de reservatórios, águas superficiais e subterrâneas, tanto no que tange a qualidade quanto a quantidade.

- Sobre o **monitoramento realizado pelo Igam**, as 3 apresentações feitas na reunião trouxeram o panorama atual do monitoramento superficial e subterrâneo da qualidade e da quantidade da água. Destacou-se que são adotadas as diretrizes apontadas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos e

os Planos Diretores de Bacias Hidrográficas e que outras instituições, como ANA e CPRM, são parceiras no monitoramento dos dados.

- Acerca dos **dados de automonitoramento** produzidos pelas empresas por força de condicionante ambiental, ressaltou-se a importância da **compilação, consistência, validação e utilização desses dados, bem como sua incorporação no planejamento das redes existentes**, haja vista o tempo, esforço e custo despendido na geração desses dados. Ademais, a limitação financeira para manter as redes existentes é outra justificativa para se incorporar os dados, de forma a otimizar custos e esforços. Nesse sentido, o primeiro passo seria o Estado definir regras para padronizar o recebimento desses dados (sistema de entrada, formato do arquivo, unidades de medida etc.).

- Além do monitoramento da qualidade e da quantidade das águas, foi sinalizada a necessidade de se desenvolver ações para **monitorar a eficiência dos usos da água em diferentes atividades**.

- Sobre o **monitoramento realizado pela Cemig**, foi informado que os dados produzidos estão disponibilizados no **Siságua**, que constitui base pública de dados. Foi destacado também o potencial dessa instituição como parceira nas previsões meteorológicas e na geração de dados de monitoramento.

ENCAMINHAMENTOS E DEFINIÇÕES

- As **reuniões** serão **mensais**.

- A **próxima reunião** será realizada conforme agenda levantada junto à coordenação do Grupo. Assim, está prevista para o dia **09 de outubro**, terça-feira, com possibilidade da terceira reunião ocorrer ainda no mês de outubro, com data a ser definida entre os dias 29 e 31, haja vista a indisponibilidade de agenda da coordenação em setembro.

- **Visita do GT ao Simge** (Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais) para conhecer os desafios e dificuldades operacionais, com vistas a trazer informações e elementos para as discussões do Grupo.

- **Compilação da legislação específica** que orienta e estabelece regras e procedimentos para o **monitoramento** (a coordenação deverá articular a elaboração)

- **Elaboração de um plano de trabalho**, definido pela coordenação, com a identificação das questões fundamentais para discussão.

Apresentações sugeridas:

- A experiência de monitoramento da Adasa Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.
- Projeto de pesquisa, financiado pelo programa de pesquisa e desenvolvimento da Cemig, na área de química da UFMG, sobre amostrador para monitorar agrotóxicos em águas superficiais,.
- A situação das informações e dos dados de automonitoramento das águas, em atendimento às condicionantes de regularização ambiental de empreendimentos.
- A experiência do monitoramento executado pela CPRM e o Plano de aprimoramento da rede de monitoramento em Minas Gerais (Serviço Geológico do Brasil).
- O programa Qualiágua da ANA (Agência Nacional de Águas).

Memória elaborada por Joselaine Ribeiro (Núcleo de Apoio às Câmaras Técnicas) e validada por Heitor Soares (Diretoria de Operações e Eventos Críticos), do Igam.